"Eles não são idiotas"

Ellen F. Woortmann

A afirmação acima, contida no livro de Luiz Eduardo Soares (1981:62), * expressa a percepção que o autor possui de um grupo de camponeses — e por extensão, do campesinato em geral — em suas relações com o sistema econômico dominante e seus agentes.

Soares analisa a trajetória social de um grupo de descendentes de escravos cujos ancestrais receberam, em fins do século XIX, as terras onde trabalhavam. A importância do estudo desse grupo reside no fato de que o mesmo manteve até hoje a mesma forma de apropriação comunal da terra e uma identidade que lhe fornece a base ideológica das lutas e das manipulações desenvolvidas no sentido de preservar essa terra e de defendê-la contra as pressões que visam sua desintegração.

A apropriação comunal de terras, reforçada por uma identidade étnica, nos parece ter sido bastante comum em épocas passadas. Conforme indica nossa própria experiência em Sergipe (ver Woortmann, E.F., 1981) e o estudo de Teixeira da Silva (1981) no Sertão do São Francisco, essa forma de apropriação por pequenos produtores deve ter sido um fenômeno bastante amplo, configurando um modelo camponês do século passado. Aliás, são inúmeras as referências, seja no Nordeste, seja no Brasil Central, a "mocambos" ou "quilombos", constituídos de descendentes de escravos e que aguardam um estudo sistemático, quer do ponto de vista de sua organização (parentesco, por exemplo), quer de suas características lingüísticas, ideológicas, etc.

---

* SOARES, Luiz Eduardo — *Campesinato* — Ideologia e Política. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

Se o modelo de apropriação comunal se desintegrou, ou se modificou, em outras regiões, e em outras situações, ele se mantém na comunidade estudada por Soares. No resgaste desse modelo (hoje ameaçado), o autor revela um princípio fundamental de seu funcionamento; o trabalho investido na terra como determinante dos direitos sobre um espaço, legitimando a posse da terra e demais recursos desse espaço. A apropriação comunal da terra não pressupõe contudo a apropriação comunal da produção, mas a organização da produção supõe a terra como fato dado, a partir do qual se estabelecem as relações de produção e as relações sociais em geral. Cremos que se configura, então, uma situação bastante distinta de outras, igualmente camponesas, mas deter. nadas pela propriedade privada da terra. Neste último caso, o acesso à terra é o calcanhar de Aquiles da reprodução camponesa e o objetivo maior das estratégias desenvolvidas pelo campesinato (minimizando, por exemplo, os efeitos da herança; ou realizando estratégias de "acumulação" que possibilitem compra de terra e a posterior instalação de grupos domésticos filiais com seu "chão de casa" e seu "chão de roça"). No caso analisado por Soares, a Fazenda Bom Jesus (Maranhão), a disponibilidade de terras oferece maiores possibilidades de viabilização da reprodução camponesa.

Analisando o conteúdo de certos depoimentos apresentados pelo autor, fica claro que essa terra é, de certa forma porém, um "bem limitado". Em virtude disso, se constitui uma oposição entre o grupo original de Bom Jesus e os "chegantes" que lá se instalaram e que "enricam" às custas do primeiro. Esses "chegantes", muitos dos quais ligados a grandes fazendeiros da região, receberam permissão para lá se instalarem, passando a se constituir em perigo para a reprodução desse mesmo grupo. O perigo fica caracterizado na medida em que os "chegantes" são os agentes da frente de pecuarização e, com ela, da edificação de cercas e do plantio de pastagens em terras comunais. Com isso, altera-se o padrão básico dos direitos sobre a terra e seus recursos, definido, como já mencionamos anteriormente, pelo trabalho investido em determinado espaço. O autor, todavia, não nos oferece evidências maiores sobre a transmissão desses direitos de uma geração para a outra (isto, se eles são transmitidos) ou sobre a operação de relações matrimoniais e de parentesco, que poder ser cruciais em situações como essa — como o são, em situação análoga por nós estudada numa comunidade camponesa que se constituíu a partir da doa-

ção de uma sesmaria (Woortmann, E.F., 1981 a um grupo ligado entre si por laços matrimoniais.

Soares ressalta que é contra a ameaça representada por esses "chegantes", que o grupo reage na "revolução de 1977", procurando intimidá-los e expulsá-los. Acreditamos, todavia, que não se trata propriamente de uma revolução, no sentido socio-político mais preciso da palavra, mas de uma rebelião de cunho conservador, que visa restaurar uma ordem antiga e a ela subordinar os "chegantes" ligados à pecuarização. O autor justifica, no entanto, o emprego da palavra revolução num plano de inversão simbólica: a transformação de instrumentos de trabalho produtivo em armas destrutivas da produção, e do trabalho comum produtivo, em cooperação destrutiva:

Trata-se efetivamente de uma 'revolução'. Há uma inversão radical e violenta na utilização dos instrumentos de trabalho, expressando neste contratrabalho, através deste 'adjutório' (trabalho comunitário) antiprodutivo, a resistência de setor do grupo ao desenvolvimento de diferenciações consideradas expoliativas e à criação de condições de perpetuação da estada de "chegantes". O poderoso, o agressor, o "enricado", o que afirma direitos que significariam expropriação parcial, o que fora acolhido e traíra seus anfitriões, acaba enfraquecido, agredido, pauperizado, expropriado dos frutos de seu trabalho, vendo-se traído pelos que o hospedaram" (Soares, 1981:122).

Pensamos que a inversão radical e violenta dos instrumentos de trabalho, apresentada pelo autor, é muito relativa. Os mesmos machados, foices, facões, etc. empregados pelos "pretos" para derrubar as cercas, cortar os bananais dos "chegantes", porque punham em perigo seu modelo de produção — reprodução, são também usados para derrubar árvores e cortar o que se põe entre eles e seu modelo de produção — reprodução. Os mesmos instrumentos servem para "domesticar" a natureza e "domesticar" os "chegantes". As mesmas armas que dominaram a natureza e construíram a "terra de trabalho" agora destróem a "cultura" estranha que tenta expropriar essa "terra de trabalho". É de se notar que só é destruído o novo; tudo o que representa a velha ordem é respeitado — gado, galinhas, casa, água, etc. Interessante é o fato destacado por Soares de que somente os "chegantes" "enricados" sofreram danos, os demais somente foram ameaçados, o que remete de encontro à noção de "bem limitado".

Outro ponto que merece nosso destaque é que o gado, em Bom Jesus, como em outras áreas camponesas, encerra uma ambigüidade também sugerida pelo autor: de um lado, enquanto criação camponesa, se constitui num componente fundamental da viabilização da reprodução do grupo; de outro, num contexto de pecuarização, cercamento e de "capinização", é símbolo da nova ordem, que avança sobre as "terras de trabalho".

Mas não são somente os "chegantes" que ameaçam a ordem tradicional. No interior do próprio grupo, outro setor de orientação individualista opõe-se crescentemente aos "comunitaristas", reivindicando a divisão das terras comunais entre os descendentes dos que as receberam. Ao nosso ver, numa perspectiva histórica, o que ocorre hoje em Bom Jesus corresponde, em termos gerais, e guardadas as especificidades, ao que ocorreu em outras situações camponesas comunitárias no século passado e nas primeiras décadas do atual. Pelo menos no Nordeste deu-se a transição de um modelo de apropriação comunal (ou por uma parentela) para um campesinato parcelar, ou para soluções de compromisso entre os dois modelos. Ressalta assim a oportunidade, a importância, do estudo de Soares.

É interessante observar que se num plano, "comunitaristas" e "individualistas" se opõem, como mostra o autor, em outro se encontram — ambos querem a legalização das terras. Através da legalização objetivam assegurá-las contra a expoliação, levando assim ao estabelecimento de uma ordem interna. Divergem, contudo, sobre o sentido dessa ordem e, por isso, sobre o modelo e a forma de reprodução.

Para assegurar a sua terra, manipulam várias instâncias, à pimeira vista fora de seu mundo. Pois, "não são idiotas" e sabem muito bem tirar partido de suas próprias limitações. Soares mostra muito bem a manipulação de relações de troca assimétrica com políticos e a clara percepção da distância entre o discurso político e a ação concreta, bem como dos limites de seu poder de barganha enquanto eleitores e enquanto subordinados.

Se não são idiotas no plano do político, tampouco o são no plano do jurídico e do social. Se o agente político pode colaborar no encaminhamento dos aspectos legais, no momento em que é exigida uma ação jurídica efetiva recorrem a especialistas no assunto. Isto é, lutam com as mesmas armas desenvolvidas pela sociedade que os subordina.

Trata-se portanto de um grupo que, embora duplamente subordinado — como camponeses e como negros —, constrói consciente e deliberadamente uma teia de patronagem. Desprovidos de capital e subordinados ao capital, constroem um "capital social", como meio de manter a terra e de garanti-la legalmente, isto é, de preservar uma ordem tradicional local manipulando a ordem social e jurídica da sociedade envolvente. Ao mesmo tempo "capitalizam" os recursos mágicos ou sobrenaturais que lhe são imputados, isto é, seu controle sobre forças que escapam ao controle dos "outros". Não menos importantes são os processos rituais pelos quais se reafirma a identidade do grupo e que dependem da apropriação comunal da terra.

A segunda parte do livro representa um corte. Deixando de lado a especificidade do grupo camponês estudado, o autor embarca em longa exegese dos escritos de Marx para chegar à conclusão de que persistem problemas conceituais quanto às relações entre formas capitalistas e não-capitalistas de produção, notadamente no que concerne à noção de subsunção indireta. Essa imensa digressão tampouco é necessária para evidenciar que não basta tratar-se do capital em geral para explicar situações como a que estudou. De fato, e este é um ponto importante, existem diferentes concreações do capital. A indagação de por que o grupo é apoiado por "capitalistas antidiluvianos" e por elites urbanas, poderia ser respondida, como aliás o faz o autor, sem necessidade de tal digressão: há interesses investidos.

Consideramos que entre a primeira e segunda parte do livro parece haver um divórcio, pois passa-se de uma problemática específica, e muito rica, para uma teorização sobre o "campesinato em geral", sem que a conexão entre ambos os planos seja realizada, conforme antecipávamos, nas conclusões. Isto, todavia, absolutamente não retira os méritos evidentes do livro. Não só se trata de um estudo sobre um "campesinato étnico", mas de excelente contribuição à análise de padrões comunitários que no passado podem ter sido bastante comuns. Mais importante, talvez seja o fato de que o autor revela esse campesinato como agente ativo de seu destino, e não como simples "massa de manobra" de um capital abstrato. Ser subordinado, como mostra Soares, não é ser idiota, é resistir, dar respostas, e, na medida do possível, à altura dos que tentam expoliá-los.

Dois outros pontos merecem ser ainda destacados. Soares é um antropólogo que sabe escrever. Mesmo no

tratamento de questões teóricas, não recorre, como é tão comum, a uma linguagem obscura e hermética que freqüentemente esconde obviedades. Ele pensa e escreve com clareza. O segundo ponto refere-se a algo que a maioria dos antropólogos se esquece de fazer. Refiro-me à excelente introdução, onde Soares realiza um depoimento sobre as condições do trabalho de campo, quer dizer, como chegou a se relacionar com o grupo estudado, como foi identificado e quais as relações pessoais que interferiram no estudo. Isto é, uma introdução que revela o lado humano do contato entre pesquisador e pesquisado, ambos de carne e osso e pensantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. *Camponeses e criadores na formação social da miséria.* Niterói, UFF, 1981. Dissertação de Mestrado.

WOORTMANN. E. F. *Sitiantes e roceiros; a produção camponesa num contexto de pecuarização.* Brasília, UnB, 1981. Dissertação de Mestrado.